

# O Núcleo Educativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo

## Reflexões sobre desafios e potencialidades

The Educational Department of Arquivo Histórico Municipal de São Paulo: reflections on challenges and potential / El Núcleo Educativo del Arquivo Histórico Municipal de São Paulo: reflexiones sobre desafíos y potencialidades

### Vanessa Alves de Lima

Mestranda em Artes Visuais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Coordenadora no Núcleo Educativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Brasil.  
v.alveslima1@gmail.com

### Rodrigo dos Santos Monteiro

Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Supervisor no Núcleo Educativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Brasil.  
rodrigo87monteiro@gmail.com

### Wipsley Mesquita dos Santos

Mestrando em Museologia na Universidade de São Paulo (USP). Educador no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Brasil.  
wipsley.mesquita@gmail.com

### Mariana Garcia

Graduada em História pela Universidade de São Paulo (USP). Educadora no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, Brasil.  
marianaagarcia2303@gmail.com

## RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir o oferecimento de serviços educativos em arquivos públicos municipais, valendo-se da experiência do Núcleo Educativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Com referenciais teóricos e levantamento da presença de setores educativos nas capitais, são discutidas a caracterização de um arquivo público de caráter permanente e as barreiras para a implementação de um núcleo comprometido com a difusão cultural democrática em um arquivo histórico.

*Palavras-chave:* arquivo; mediação cultural; difusão; educação patrimonial.

## ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the provision of educational services in municipal public archives, drawing on the experience of the Educational Unit at the Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. With theoretical references and a survey of the presence of educational sectors in capital cities, the article discusses the characteristics of a public archive of a permanent nature and the barriers to implementing a unit committed to the democratic cultural dissemination in a historical archive.

*Keywords:* archive; cultural mediation; diffusion; heritage education.

## RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la oferta de servicios educativos en archivos públicos municipales, basándose en la experiencia del Núcleo Educativo del Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Con referencias teóricas y un estudio sobre la presencia de sectores educativos en las capitales, se discuten la caracterización de un archivo público de carácter permanente y las barreras para la implementación de un núcleo comprometido con la difusión cultural democrática en un archivo histórico.

*Palabras clave:* archivo; mediación cultural; difusión; educación patrimonial.

## Introdução

A proposta deste artigo é discutir os caminhos do setor educativo dentro de uma instituição patrimonial pública voltada para o campo da arquivística, a fim de tornar efetivas as ações educativas em diálogo com as comunidades e identidades locais. Para tanto, trataremos do caso do Núcleo Educativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHM), perpassando os principais desafios de sua estruturação e apresentando suas principais realizações ao longo dos últimos anos.

O caso do AHM será apresentado em paralelo à situação dos arquivos públicos municipais integrantes do território brasileiro, com o objetivo de compreender a relação dessas instituições com a difusão cultural, por meio de uma metodologia de recolhimento e análise comparativa dos dados. Este trabalho parte de uma pesquisa documental e bibliográfica elaborada a fim de compreender como, atualmente, se esboça essa relação. As fontes utilizadas encontram-se, em sua maioria, em meios digitais, sendo que as páginas de internet das gestões municipais são, frequentemente, as únicas fontes de informações a respeito dos serviços oferecidos em instituições arquivísticas. Para além disso, foram consultadas as leis de criação dos arquivos municipais, com especial atenção para a lei que cria o AHM. Destaca-se, ainda, o propósito que este artigo tem de registro e de divulgação, em meio acadêmico, das atividades de mediação cultural oferecidas publicamente pelo AHM, principalmente desde 2021, através de um método descritivo.

Busca-se, em primeiro lugar, conceituar o arquivo público e apresentar a estrutura atual do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Na seção seguinte, “Desafios para a efetivação de um serviço educativo em arquivos públicos”, exploraremos desafios múltiplos implícitos ao oferecimento de ações de mediação cultural de forma estruturada nas instituições estudadas. Aqui faremos uma análise, em âmbito nacional, procurando inventariar o oferecimento dessas ações nos arquivos municipais das capitais. Na seção “As singularidades do AHM de São Paulo em sua ação educativa”, o programa educativo do AHM será esmiuçado e duas ações serão apresentadas: a publicação *Nós no arquivo: experiências de medição* e as atividades oferecidas dentro do programa *Arquivo nômade*, essas escolhas justificam-se na medida em que apresentam ações que pensam a difusão de forma ampliada, em contato com o território. As considerações finais encerram o artigo enfatizando conceitos caros ao Núcleo Educativo.

Cabe aqui, ainda, enfatizar que este trabalho se propõe a discutir as práticas de educação nos arquivos das capitais brasileiras, como é o caso do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, não objetivando, portanto, investigar as ações dos arquivos em outras esferas administrativas.

## A constituição de arquivos públicos

O arquivo público é o conjunto documental formado pelo poder público, em qualquer instância. No caso brasileiro, em sua divisão federativa, podemos pensar nas instâncias municipal, estadual e federal. Os documentos públicos são registros da construção da administração pública, assim como da cidadania, dos direitos e deveres que conectam o sujeito cidadão à máquina burocrática do Estado.

Nossas noções atuais de direito aos serviços públicos e de acesso aos acervos públicos estão historicamente ligadas às consequências da Revolução Francesa, no final do século XVIII e ao longo do século XIX. Naquele momento, quando a lógica ocidental do que é público é alterada e entendida como um aspecto que deveria se estender a todos os povos, teve início toda uma formulação de políticas estatais. A abertura dos arquivos e, sobretudo, dos museus franceses, deu início às práticas educacionais por meio de acervos do Estado. O fato de que as instituições museais possuem mais tradição em práticas educativas com o público vem justamente desse período, quando se formularam as ações pedagógicas oitocentistas após a abertura das antigas coleções reais (Checa, 2008).

Distinguindo de modo simples os dois tipos de instituições, enquanto o arquivo é caracterizado por ser formado por fundos arquivísticos, o museu caracteriza-se por constituir coleções (Padilha, 2014, p. 15-18). Um fundo é um conjunto documental acumulado segundo os critérios próprios de uma mesma instituição ou pessoa, seguindo uma linha homogênea de criação de acordo com as próprias funções da instituição ou atividades do indivíduo. A coleção possui um caráter mais heterogêneo, criada por um colecionador (uma pessoa ou instituição), onde cada item pode ter uma origem diferente, não seguindo o princípio de proveniência de um fundo arquivístico.<sup>1</sup>

Dentro da lógica federativa, cada estado brasileiro possui sua própria estrutura administrativa e autonomia para dividir os campos de trabalho sob as várias secretarias. Muitas vezes, uma mesma secretaria pode englobar diferentes áreas que, em outro estado, podem estar apresentadas em secretarias separadas. A mesma lógica se estende aos municípios, de modo que não há, no Brasil, uma mesma ordenação, em toda a União, para a gestão dos arquivos públicos no

---

<sup>1</sup> O princípio da proveniência é um dos princípios fundamentais que caracterizam a arquivística e consiste no atrelamento da documentação ao respectivo produtor. A organização do arquivo deve respeitar a ligação dos documentos com as atividades da instituição ou pessoa que o produziu, não sendo misturado com outros de origem diversa (Bellotto, 2006, p. 88).

que compete exatamente às estruturas de gestão.<sup>2</sup> Dessa forma, se, de um lado, existe um número considerável de arquivos municipais na pasta da Cultura (como é o caso de São Paulo, Salvador, Aracaju, Campo Grande, Belo Horizonte etc.), por outro, é significativo o número de instituições arquivísticas nas pastas de Administração (Rio Branco, Belém, João Pessoa, Curitiba), e, ainda, casos isolados como o do Arquivo Público Municipal de Natal, que integra a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas, Logística e Modernização de Processos.

A forma atual do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo é resultado de um processo antigo de reajustes da administração pública da cidade. Após a definição do funcionamento da prefeitura e do cargo de prefeito entre 1898 e 1899, foi criada a Secretaria Geral, expediente central da gestão e responsável pela guarda de seu arquivo.<sup>3</sup> Em 1907, por nova lei, todo o acervo arquivístico das Câmaras e antigas Intendências foi transferido para a prefeitura, organizando-se na secretaria uma seção para tratar esse patrimônio.<sup>4</sup> Nesse conjunto documental, estavam presentes as atas da Câmara da Vila de Santo André da Borda do Campo, de existência breve, e da antiga Vila de São Paulo dos Campos de Piratininga. Ou seja, uma massa documental que remontava ao século XVI foi incorporada aos processos municipais do início do século XX.

Regulamentado por ato de 1911, ainda como parte da Terceira Seção da Secretaria Geral, o arquivo mais antigo só seria, de fato, encarado e trabalhado de forma separada do arquivo corrente a partir de 1935, com a implementação do Departamento de Cultura.<sup>5</sup> Sob a direção de Mário de Andrade, criou-se no Departamento a Divisão de Documentação Histórica e Social, cuja subdivisão, a Documentação Histórica, era responsável pela conservação, restauração, publicação e disponibilização para consulta do material arquivístico permanente. Eis aqui a origem fundamental do AHM enquanto instituição de viés histórico com uma missão de difusão cultural.

Com o tempo, foram incorporados alguns fundos arquivísticos privados, isto é, que não foram produzidos pela administração municipal, mas que compreendiam documentos importantes relativos à transformação urbana pela qual a cidade passou, principalmente na primeira metade do século XX.

---

2 Em 1991, a lei federal n. 8.159 criou o Conarq (Conselho Nacional de Arquivos), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, e hoje sob o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, assim como o Sinar (Sistema Nacional de Arquivos). Estabeleceu-se o que caracterizaria os arquivos privados e públicos nas diferentes instâncias de poder, entre outras designações.

3 Ato n. 1, de 7 de janeiro de 1899.

4 Lei n. 1.051, de 17 de outubro de 1907.

5 Ato n. 400, de 20 de maio de 1911 e ato n. 861, de 30 de maio de 1935.

Também ao longo das décadas seguintes, esse arquivo passou por diversas reformulações de funcionamento nas gestões municipais, assim como por vários endereços, sempre sendo necessário adaptar o trabalho às condições de cada imóvel, que possuíam características próprias de estrutura. Até que, em 1987, a Prefeitura de São Paulo adquire o edifício Ramos de Azevedo, localizado na praça Coronel Fernando Prestes, no bairro do Bom Retiro, região central da capital. A transferência do arquivo para esse local deu-se apenas em 1999 e, no ano seguinte, o AHM passou a funcionar no novo endereço.

Inaugurado em 1920, o edifício fazia parte do antigo complexo de prédios da Escola Politécnica, sendo a sede do curso de Engenharia Elétrica – o então Gabinete de Eletrotécnica. Incorporada à Universidade de São Paulo (USP), a Politécnica permaneceu no Bom Retiro até o início dos anos 1970, quando foi totalmente transferida para a Cidade Universitária, no bairro do Butantã, em São Paulo.<sup>6</sup> Tombado como patrimônio histórico pelas esferas municipal, estadual e federal (Conpresp, Condephaat e Iphan, respectivamente), o edifício de arquitetura eclética, projetado pelo escritório de arquitetura de Ramos de Azevedo, impõe por sua própria estrutura, transformada em patrimônio, elementos com os quais a rotina do arquivo precisa lidar, inclusive nas práticas educativas, como se verá adiante.

Em 2012, o AHM foi requalificado como um departamento da Secretaria Municipal de Cultura.<sup>7</sup> Uma vez sob essa pasta administrativa, passa-se a aprofundar, gradativamente, o entendimento de que a instituição deve realizar ações de difusão cultural, a fim de promover a apropriação de seus trabalhos pelos munícipes. Entre outras atribuições do arquivo, diz a lei n. 15.608, que dispõe sobre a criação do AHM como parte da pasta de Cultura, que ele deve “propor projetos de ação educativa orientados para educadores ou estudantes dos diferentes ciclos de ensino e para a comunidade em geral” (2012).

Constam registros de ações educativas implementadas desde o final dos anos 1980, com professores de ensino fundamental e médio e, posteriormente, visitas abordando o histórico do edifício e as atividades do arquivo (Couto, 2008, p. 46). Contudo, essas ações ocorreram, de forma geral, em momentos e gestões específicas, sem consolidar uma sequência efetiva. Foi preciso alguns anos a mais e diferentes olhares no que tange à gestão pública para que se formasse

---

<sup>6</sup> Fundada em 1934, a USP incorporou ao seu funcionamento cursos de ensino superior que já existiam em São Paulo como a Escola Politécnica (fundada em 1893) e a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (de 1827).

<sup>7</sup> Lei n. 15.608, de 28 de junho de 2012.

o Núcleo Educativo atual. Embora antes já ocorressem visitas monitoradas com escolas e público geral, é a partir de 2021 que o setor dá uma inflexão no sentido de promover a difusão cultural dos trabalhos do arquivo e seu acervo, com programas e objetivos definidos e com articulações com parceiros, especialmente no próprio território da instituição. É sobre essas questões implícitas à estruturação e à aplicação de um serviço de educação em arquivos históricos, especialmente de forma continuada, que trataremos a seguir.

### Desafios para a efetivação de um serviço educativo em arquivos públicos

Os desafios implícitos à instauração de um núcleo de educação em arquivos abrangem desde aspectos relativos à própria formação e estruturação das instituições arquivísticas até características comuns a núcleos educativos, tradicionalmente presentes em museus, memoriais e em outros equipamentos culturais. Abrangentes e díspares entre si, estes desafios foram aqui sintetizados e agrupados em algumas categorias: a primeira delas se relaciona com as origens coloniais do arquivo público, na medida em que é feita uma seleção dos documentos que compõem os acervos permanentes, produz-se, também, uma representação maior de grupos frente a sub-representação e ausência de outros. Em segundo lugar, uma noção limitada de que o arquivo serve apenas ao historiador, e, quando muito, às aulas de história. Por fim, esmiuçaremos algumas dificuldades enfrentadas pelos educadores que atuam nos diversos equipamentos da Cultura, como a má estruturação da carreira e a constante fragmentação da área; a ausência de registros memoriais e sistematizações de atividades educativas realizadas anteriormente nos equipamentos; e a supressão de condições para estudo e pesquisa no cotidiano de trabalho.

Primeiramente, no que diz respeito às origens do arquivo, importa destacar que os arquivos públicos recolhem, sobretudo, a documentação que é produzida na esfera pública, sua preservação permanente tende-se a se justificar na medida em que é considerada socialmente relevante. Esses documentos, imbuídos de quatro esferas complementares de sentido, valor permanente, valor secundário, valor de prova e valor informativo (Jardim, 1995), foram produzidos pela burocracia pública como prova das ações estatais, e podem-nos informar a respeito das questões econômicas, políticas e sociais que remontam a um tempo pretérito. Importa-nos, assim, refletir a respeito de algumas questões: quais são os grupos responsáveis pela produção dessa documentação? Quem são os grupos representados nesses documentos? Quem decide quais são os documentos permanentes e quais serão eliminados?

Saidiya Hartman (2021), ao se propor a percorrer uma *jornada pela rota atlântica da escravidão* e a preencher os espaços em branco do arquivo histórico, enfatiza o caráter colonial dessa instituição:

O arquivo dita o que pode ser dito sobre o passado e os tipos de histórias que podem ser contadas sobre pessoas catalogadas, embalsamadas e lacradas numa caixa de pastas e fólios. Ler o arquivo é adentrar um necrotério, que permite uma visão final e um último vislumbre de pessoas prestes a desaparecer no porão de escravos. (Hartman, 2021, p. 26)

O arquivo é, nesse sentido, um lugar de poder. José Maria Jardim enfatiza as noções colocadas por Jacques Le Goff de que, dentro de um arquivo, cabe reconhecer todo documento como monumento, e que esse mesmo documento deve ser estudado como instrumento de poder (Jardim, 1995, p. 9 apud Le Goff, 1984). O autor busca ainda apontar alguns aspectos específicos às instituições arquivísticas públicas brasileiras: no nosso caso, a constituição dos arquivos resulta menos de uma política estabelecida de recolhimento e mais de ações isoladas associadas a determinadas situações, como a extinção de órgãos públicos (Jardim, 1995, p. 7).

Por outro lado, outra esfera desse instrumento de poder diz respeito ao descarte e à autoridade que nega a incorporação de fundos ao arquivo público. Lembremo-nos, por exemplo, da grande queima ordenada em 1890 pelo então ministro da fazenda, Rui Barbosa, aos documentos da escravidão. Hartman salienta que “em toda a sociedade escravista, os senhores procuraram erradicar a memória dos escravos, ou seja, eliminar todas as evidências de uma existência anterior à escravidão” (2021, p. 196). No Brasil, mesmo as evidências contemporâneas sofreram recorrentes tentativas de destruição.

O desafio é, então, o de pensar ações educativas e propostas de mediação para públicos abrangentes, considerando que nem todos podem ver-se representados nos documentos de arquivos, e reconhecendo, sobretudo, as ausências que compõem a instituição. Nos programas e propostas do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, esmiuçados na seção seguinte, existe um esforço no sentido de caracterizar que tipo de instituição é essa e como foi formado o seu acervo.

Essa primeira provocação se conecta visceralmente com a segunda: a de que o arquivo não é um lugar único do pesquisador e do historiador, e, nesse sentido, as suas ações educativas não devem se voltar somente para o ensino de história. A massa documental de um arquivo público possibilita

experimentações relacionadas a diversas áreas do conhecimento: geografia, matemática, ciências da natureza, sociologia, artes, e tantas outras existentes.

Para além disso, o arquivo se relaciona com a vida das pessoas comuns em sentidos múltiplos. Nele estão, por exemplo, os locais que fazem parte do viver cotidiano e do lazer na cidade, materializados em plantas, projetos, requerimentos, abaixo-assinados, fotografias etc. São diversos os temas e as conexões possíveis, mesmo que, por vezes, para conseguirmos estabelecê-las, seja necessário fazer uma leitura a contrapelo<sup>8</sup> do documento. Isto é, ler uma fonte compreendendo seu corpo de informações para além de sua intenção primeira de produção. A interpretação proposta pelo Núcleo Educativo do AHM da *Ata da fuga dos indígenas* de 1681 exemplifica essa abordagem: o documento, que pertence ao fundo Câmara Municipal de São Paulo, foi produzido no século XVII para registrar um pedido de ajuda de d. Rodrigo Castel Blanco, que requisitava apoio para capturar indígenas fugitivos. Através da leitura da ata, é possível compreender a presença de um movimento de resistência indígena organizado contra a escravidão empreendida pelos colonos; pode-se também conectá-la a reivindicações contemporâneas que requisitam a demarcação das terras indígenas e denunciam o etnocídio.

O Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, equipamento da atual Secretaria de Cultura e Economia Criativa, entende que possui um papel crucial na contribuição ao exercício da cidadania dos munícipes, em concordância com as noções elaboradas por Marilena Chauí quando à frente desta secretaria,<sup>9</sup> que marcam uma aproximação entre a política cultural, a cidadania cultural e a cultura como direito (Couto, 2008 apud Chauí, 1992). Assim, as ações empreendidas pelo Núcleo Educativo também procuram salientar temáticas relacionadas aos direitos cidadãos, como o acesso ao lazer, às áreas verdes da cidade, ao transporte público de qualidade e o pertencimento ao território. Essas questões estão diretamente relacionadas ao desenfreado crescimento urbano experimentado por São Paulo no início do século XX, documentado pelo acervo do AHM, e são exemplos de iniciativas que perpassam o campo da história, marcando o arquivo como um lugar interdisciplinar.

---

<sup>8</sup> A expressão escovar a história a contrapelo foi cunhada por Walter Benjamin em *O anjo da história*: “Não há documento da cultura que não seja também documento da barbárie [...]. Por isso o materialismo histórico se afasta quanto pode desse processo de transmissão da tradição, atribuindo-se a missão de escovar a história a contrapelo” (2022, p. 13, grifo nosso).

<sup>9</sup> Antiga Secretaria de Cultura, que entre 1989 e 1992 foi dirigida por Marilena Chauí.

Existem ainda outras objeções significativas para a efetivação de um núcleo de educação em instituições arquivísticas, estas estão relacionadas com os arranjos e obstáculos já existentes e comuns entre os setores educativos de equipamentos culturais e de museus. Simone Scifoni, ao elencar desafios para uma nova educação patrimonial, destaca “as dificuldades de constituição de um arcabouço conceitual fundamentador de um campo de reflexão” (2016, p. 6). É comum, nos diversos equipamentos culturais, que se entenda o educador enquanto o profissional responsável exclusivamente pelo atendimento ao público, nesse sentido, coloca-se sobre ele uma demanda sucessiva de visitas mediadas diárias,<sup>10</sup> ou mesmo a responsabilidade de permanecer de forma ininterrupta no espaço expositivo.

Esse arranjo faz com que inexista tempo de estudo e de preparo de atividades, oficinas e formações, e, com isso, repetem-se sempre os mesmos conteúdos, pouco dialogados e pouco criativos (Scifoni, 2016). Scifoni ainda destaca como os núcleos, preocupados em alcançar metas e justificar gastos, planejam as suas ações com o objetivo único de aumentar o número de visitantes e de formar um volume de público. Dessa maneira, subtraem “dos educadores o seu papel de sujeito ativo, criativo e reflexivo, transformando-os em meros estagiários mal remunerados e reprodutores de conteúdos” (2016, p. 9).

A falta de tempo para estudo e pesquisa também leva a não produção de registros das atividades oferecidas pelo setor e a não sistematização do roteiro destas atividades. Preocupadas com a salvaguarda da memória, dos documentos e dos objetos, é comum entre as instituições culturais/museais que não existam registros das atividades educativas, e, com o afastamento da supervisão ou coordenação da área, se percam as informações relativas à estrutura do setor e às atividades previamente oferecidas. É significativo o exemplo do AHM, do qual se tem registros de oferecimento de serviços educativos esporádicos desde, pelo menos, 1989,<sup>11</sup> com uma estruturação de organograma a partir de 2014. Contudo, o mapeamento da estrutura e dos serviços oferecidos por esse setor é uma atividade custosa, uma vez que os únicos registros remanescentes são folhetos e publicações da época.

---

<sup>10</sup> O termo visita mediada é aqui empregado partindo da noção de que a mediação é o contato estabelecido pelo educador com a finalidade de conectar o público com os objetos/documentos/patrimônio; ao educador cabe mediar esse encontro. Contudo, o termo não é um consenso, já que as expressões visitas guiadas, visitas monitoradas e visitas técnicas também aparecem para caracterizar atividades educativas. Um panorama sobre essa discussão pode ser visto, por exemplo, em Barbosa e Coutinho (2009).

<sup>11</sup> A reconstituição dos serviços educativos esporádicos oferecidos no final dos anos 1980 e começo da década de 1990 foram possibilitadas apenas através do trabalho de Renata Fratini Pires do Couto (2008), que, ao entrevistar os funcionários do AHM na época, consegue tecer e indicar o início de oferecimento destes serviços. Tal operação atesta, ainda, a importância do registro destes serviços em publicações acadêmicas.



A não estruturação dos programas em um organograma fixo resulta em uma instabilidade no oferecimento de ações educativas e na não contratação de profissionais adequados para encabeçarem as ações. Pelo contrário, a realidade comum na maioria dos arquivos públicos que recebem visitas de grupos é que os profissionais arquivistas e/ou historiadores acumulem as tarefas de documentação, catalogação e conservação com o atendimento de grupos. A preocupação com o oferecimento de serviços educativos está, na maioria das vezes, conectada com a secretaria da prefeitura em que os arquivos estão alocados: é mais comum que aqueles presentes nas pastas de Cultura se preocupem com a oferta de visitas e outras programações, como é o caso do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. No que se refere aos arquivos que ofertam atividades educativas esporádicas, com exceção do Arquivo Municipal de João Pessoa, que integra a Secretaria de Administração, todos os outros compõem as pastas de Cultura.

Para além disso, chama atenção no mapa a ausência de informações sobre arquivos públicos em cinco capitais: Macapá, Recife, Teresina, Porto Velho e Boa Vista, indicando a inexistência de dispositivos legais de institucionalização desses órgãos dentro do aparato das prefeituras nas referidas cidades. No caso específico de Fortaleza, consideramos o Acervo Digital de Fortaleza<sup>13</sup> enquanto o arquivo público do município, mesmo que a consulta aos documentos aconteça apenas de forma digital.<sup>14</sup> Essa configuração elucidada que barreiras de maior complexidade são enfrentadas em algumas capitais, como a própria incompreensão do poder público a respeito da importância de processamento e salvaguarda da documentação municipal.

Os impasses relativos à instauração de um núcleo de educação em arquivos públicos não impossibilitaram, então, que experiências de educação patrimonial bem-sucedidas tenham existido nessas instituições. No que se refere aos casos do AHM e do APBH, os trabalhos de Renata Fratini Pires do Couto, *Educação patrimonial em arquivos* (2008) e de Raphael Rajão Ribeiro e Michelle Márcia Cobra Torre, *Educação patrimonial e o ensino de história em instituições arquivísticas: ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte* (2012), descrevem as ações educativas empreendidas pelas referidas

---

13 Acervo Digital de Fortaleza. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/>.

14 Para este artigo, consideramos existentes os arquivos públicos municipais que não apenas foram aprovados enquanto projetos de lei, mas que também conseguiram ser sistematizados como instituições. Em Fortaleza, por exemplo, mesmo que no ambiente digital, há uma instituição estruturada. Os critérios aqui elencados diferem-se, portanto, do levantamento feito por Juliana Carvalho (2023), que considera, por exemplo, a existência de um arquivo em Teresina, onde até então o projeto não se encontra em funcionamento.

instituições. No entanto, a análise crítica da bibliografia esclarece que o público-alvo dessas ações são, em geral, alunos e professores de história, bem como são elas pensadas pelos servidores das instituições, majoritariamente historiadores, como destaca Couto: “O historiador é figura unânime” (2008, p. 48). A leitura sugerida por este artigo e pelo Núcleo Educativo do AHM propõe conectar o Arquivo Histórico a outros campos do conhecimento, ampliando e expandindo o seu alcance.

### As singularidades do AHM de São Paulo em sua ação educativa

As atividades desenvolvidas por uma instituição pública arquivística precisam levar em consideração aspectos que vão além da sua própria área de ocupação e de atuação. Isto significa não somente extrapolar seus limites geográficos, mas, sobretudo, superar a noção de que ao arquivo cabe trabalhar somente com as temáticas que aparecem em sua documentação. Essa noção é uma tentativa de superar a problemática de constituição dos arquivos, traçada criticamente na seção anterior. Para isso é preciso que nos coloquemos frente ao desafio de exceder o que é tradicionalmente considerado objeto de atuação do arquivo público.

Frequentemente, as instituições, culturais ou não, preocupam-se com a sua missão, visão e valores, conceitos que definem seus propósitos e identidade, olhando sobretudo para o seu interior, sem refletir ou ponderar o território no qual estão inseridas. Ao longo de décadas, temos visto os equipamentos culturais enfrentarem diversos desafios, desde a fragilidade política – já que, em momentos de trocas de gestão, encaram a instabilidade da continuidade de seus programas e projetos –, até obstáculos causados pela espécie de ilha em que se configuram, que os afastam do espaço geográfico ocupado. Esse afastamento cria uma fissura, como um véu que o coloca diante de um entorno, e não como parte orgânica de um território. O conceito de território é abordado por Milton Santos a partir de uma reflexão crítica:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (Santos, 2005, p. 255)

Neste pequeno fragmento de texto, o autor evidencia camadas de complexidade e nos convida a repensar o território como um espaço construído através das relações humanas, que precisa ser interpelado à luz da história e da cultura. Constantemente, essa noção tem sido tratada como uma ideia fixa e incompleta, de tal maneira que as diversas instituições – da cultura, da saúde, do esporte etc. – se colocam diante do espaço que ocupam sem considerar essa camada de complexidade. Gostaríamos, então, de chamar atenção para um aspecto: não é o território como espaço físico que importa, mas como ele é vivido, utilizado, disputado. O território ganha significado a partir das relações humanas: relações econômicas, culturais, afetivas e políticas. Ele é, desse modo, o “quadro de vida” – o espaço onde nossas vidas acontecem, e está sempre presente, mesmo que seu significado mude. Essa compreensão é essencial para que possamos nos situar historicamente e socialmente, reafirmar identidades individuais e coletivas, reconstruir a relação com o espaço e o tempo e, assim, projetar futuros possíveis.

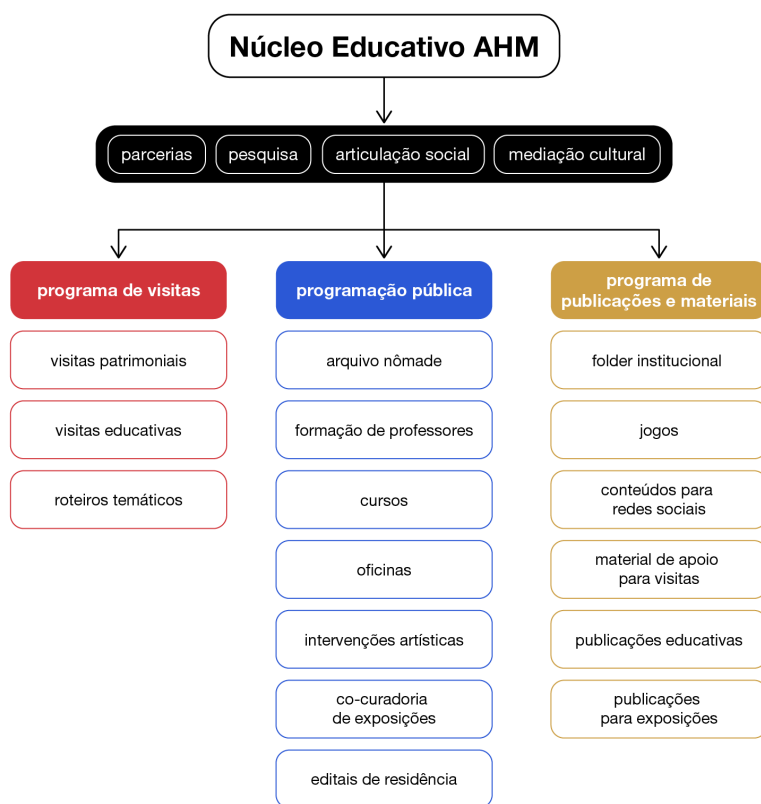
Diante do entendimento de que é fundamental estabelecer uma leitura plural da instituição para com o seu território, o Núcleo Educativo do AHM inicia uma reestruturação, em que a articulação social é um vetor fundamental. Vale lembrar que, em 2021, momento da reestruturação do setor, o cenário mundial ainda era o de pandemia de covid-19, mas o avanço da vacinação naquele ano possibilitou a retomada gradual das atividades presenciais. Nesse cenário, o Núcleo Educativo estava diante de inúmeros desafios, sendo um deles o de se fazer conhecido e presente no próprio território, fator que decorria não somente em razão dos meses fechados ao público, em um momento de distanciamento social determinado pela pandemia, mas também pelas barreiras institucionais, culturais e sociais que se colocavam como consequência de uma visão pouco plural do entendimento de um arquivo e de sua função social.

A participação assídua, desde 2021, no evento de articulação social Encontro de Vizinhos,<sup>15</sup> iniciativa encabeçada pelo Museu da Língua Portuguesa, que promove reuniões mensais entre trabalhadores de diversos equipamentos culturais e sociais localizados no bairro do Bom Retiro e da Luz, se apresentou como um espaço fértil para estabelecer relações com outros equipamentos e agentes culturais do território. Diversas parcerias, atividades e projetos realizados pelo Núcleo Educativo do AHM tiveram sua origem em conversas que ocorreram nesses encontros. Foi, então, a partir da articulação social que o educativo se reconstrói.

---

15 Sobre o Encontro de Vizinhos, ver a publicação digital *Festival de Cultura e Pop Rua* (Lauro; Motta, 2024).

As parcerias com outras instituições ampliam a função social do arquivo, especialmente no que tange ao acesso; enriquecem o repertório da equipe, fomentando a produção de novos conhecimentos; e potencializam o impacto social da instituição, uma vez que facilitam o engajamento com um público previamente envolvido com os parceiros. É significativo lembrar, aqui, a localização do AHM: em uma praça na região central da cidade de São Paulo, frequentada por pessoas diversas, inclusive aquelas em situação de rua e em vulnerabilidade. O contato com os parceiros facilita, então, o diálogo com os múltiplos públicos. Um exemplo disso são as diversas oficinas, visitas e formações realizadas com a Fundação Portas Abertas e com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social e com demandas singulares. As ações são desenvolvidas de forma dialogada, sempre levando em consideração as necessidades e potencialidades da instituição parceira.



**Figura 2 – Organograma das atividades do Núcleo Educativo do AHM.** Fonte: Infográfico de Rayza Mucunã Paiva (Núcleo de Comunicação e Produção Cultural do AHM)

Para a reestruturação do Núcleo Educativo, foram elaborados três principais eixos de atuação: o programa de visitas, a programação pública e o programa de publicações e materiais, como esquematizado na Figura 2. O programa de visitas está dividido em três formatos: 1) *visitas educativas*, para grupos universitários, escolares, institucionais culturais e sociais e coletivos, com ênfase na difusão de acervos documentais, através de diálogos com a história, a memória, as artes visuais, a partir de experiências poéticas e proposição de oficinas; 2) *visitas patrimoniais*, para pessoas ou pequenos grupos com interesse no patrimônio edificado e curiosidades sobre as práticas de arquivo, em que são estimulados diálogos com o acervo, o patrimônio edificado, a cultura material e imaterial a partir de experiências de mediação, para sensibilizar e aproximar os diferentes públicos da documentação, dos debates sobre memória e história da cidade de São Paulo; e 3) *visitas temáticas*, em que são elaborados roteiros que se aprofundam em um tema ou documento do acervo, a fim de criar conexões a partir de diferentes abordagens.

O segundo eixo, programação pública, desempenha um papel fundamental no processo de formação de público da instituição, que vai além das visitas, a fim de expandir os diálogos dos temas que permeiam o universo dos arquivos. O Núcleo Educativo promove atividades que visam aproximar a sociedade dos acervos históricos, entendendo as possibilidades de leitura da documentação como recurso para o aprendizado e a reflexão sobre o passado, o presente e perspectivas de futuro para a cidade e seus habitantes. Através de oficinas, cursos, palestras, formação de professores, intervenções artísticas e exposições, a programação busca despertar o interesse pela história e pela memória, além de incentivar a valorização do patrimônio cultural. A programação é pensada de forma a atender a diferentes faixas etárias e grupos sociais, criando um ambiente múltiplo e acessível ao público em geral.

A ação de democratizar o acesso ao acervo do AHM fortalece a identidade cultural e a formação cidadã, promovendo uma maior compreensão do presente e dos desafios históricos enfrentados pela sociedade ao longo do tempo. O intuito que orienta esse processo refere-se à necessidade de presentificar a extroversão dos acervos documentais diante do público de maneira mais democrática e relacional. A programação pública conta com ações desenvolvidas por educadores/as, artistas, pesquisadores/as, historiadores/as, documentalistas e arquivistas, de modo que o Núcleo Educativo ora atua como proponente e executor das ações, ora como produtor e curador de programação. Ao romper com a unidirecionalidade no desenvolvimento das ações, possibilita-se uma forma de abrir o espaço do AHM para o diálogo com agentes externos, o que

contribui para a efetivação da função social do arquivo e de seu desafio de ampliar o direito público à memória.

Para o desenvolvimento do terceiro eixo, o programa de publicações e materiais, priorizamos alguns tópicos essenciais: manejar a documentação de forma diversa, contemplando as diferentes tipologias de documentos e abordando diferentes temáticas, a fim de estimular múltiplos debates. A elaboração de materiais e publicações também compreende a importante tarefa de documentar e registrar o conhecimento adquirido para as ações do Núcleo Educativo do Arquivo Histórico Municipal, dadas as dificuldades de produção de memória dos serviços de educação, elencadas na seção anterior. Além disso, acreditamos que é fundamental garantir a continuidade e a disseminação do saber. Para tanto, é crucial que as formas de registro e de publicação sejam incentivadas, pois preservam e fortalecem as iniciativas realizadas pelo núcleo ao longo do tempo. O desenvolvimento de novas publicações e os diversos materiais já produzidos permitem que as futuras gerações de educadores, pesquisadores e profissionais da área tenham acesso ao histórico de produção, assim como uma base de informações consistente e acessível. Isso não só facilita a replicação de boas práticas, como também promove a melhoria contínua das metodologias utilizadas nas ações educativas e a perenidade dos programas.

Ao registrar as práticas educativas, o Núcleo Educativo assegura que suas experiências sejam compartilhadas e possam ser adaptadas a novos contextos e públicos. Um outro aspecto importante é o incentivo à preservação da memória institucional, nesse sentido, os materiais desenvolvidos podem se tornar parte do acervo do AHM, contribuindo para o registro histórico e educativo da instituição. Por fim, a documentação e o registro das publicações também favorecem a construção de parcerias com outras instituições de ensino, cultura e de pesquisa, ampliando o alcance das ações do núcleo e fortalecendo seu papel como agente de disseminação do conhecimento e difusão. Dessa forma, cada material é pensado com foco em experiências lúdicas, criativas e artísticas, tendo como centro o arquivo enquanto lugar de criação e de possibilidade para a diversidade de corpos e de vivências.

Como vimos, os programas apresentam uma ampla oferta de atividades e colocam a difusão documental como elemento central nas atribuições e na função social exercida pelo arquivo, partindo de diferentes abordagens. A fim de demonstrar a singularidade do serviço educativo desenvolvido no AHM, gostaríamos de explicitar dois projetos que foram desenvolvidos nos últimos anos: o *Arquivo nômade*, que tem como proposta pensar ações que expandem o espaço físico de atuação do atendimento dos serviços educativos, e a publicação *Nós no arquivo: experiências de*

mediação, material para professores desenvolvido pelo Núcleo Educativo que discute aspectos intrínsecos ao campo da educação em arquivos.

No que tange às atividades realizadas dentro do projeto *Arquivo nômade*, o *Jogo Arquivo Nômade*<sup>16</sup> foi o primeiro a ser desenvolvido. Idealizado em 2021 a fim de estabelecer um diálogo com o público através das plataformas virtuais, atualmente o jogo possui, além das versões digitais, cópias impressas que podem ser utilizadas dentro das mediações. O jogo reconstrói a trajetória dos espaços físicos que já sediaram o AHM, acompanhando as transformações que ocorreram na cidade e na administração pública. Apresentando um percurso através de fotografias e curiosidades da instituição, o jogo é composto por cartas em formato de baralho que possuem uma face frontal (com uma linha do tempo) e outra face posterior (com um quebra-cabeça).

A ação *Postais na praça* foi a segunda atividade desenvolvida dentro do projeto. A proposta inicial da atividade foi de experimentar um novo espaço e estabelecer uma articulação no território do AHM, na praça em que a instituição está localizada e, dessa forma, iniciar uma comunicação com um público mais amplo e diverso do que o que comumente está presente no arquivo. Vale sublinhar que, além do AHM, a praça é endereço de diferentes instituições, tais como uma escola estadual de ensino fundamental, uma escola técnica de ensino médio, uma escola técnica de nível superior, a sede do comando de policiamento militar e é ainda endereço da estação Tiradentes, da Linha 1 Azul do metrô. Essa confluência de fatores faz da praça um espaço de constante movimento e fluxo intenso de pedestres, tanto os que circulam entre as instituições como os que se deslocam do metrô para o bairro e vice-versa.

Com o objetivo de mediação do território da cidade com o público, o projeto realiza também visitas temáticas caminhadas, como a edição *Arquivo nômade: Jardim da Luz*. A atividade consiste em uma caminhada histórica no bairro, tendo como foco o Parque Jardim da Luz, primeiro passeio público de São Paulo. A visita tem início com uma conversa no AHM, que parte da exposição e da mediação de documentos do acervo relacionados com essa importante área verde; no momento seguinte, o grupo é convidado a caminhar até o parque. Ali, passando por pontos predefinidos pelo roteiro, os educadores propõem uma discussão que tematiza o desenvolvimento urbano da região sob o prisma histórico do Jardim, envolvendo múltiplas temáticas como o paisagismo, questões em torno da emergência climática e as tensões entre os diferentes grupos sociais que ocuparam o espaço ao longo do tempo.

---

<sup>16</sup> Jogo Arquivo Nômade. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1CKFopmoeluIaZ5wnzyWxoJ-wmGZ93t2nK/view>.



**Figura 3** – Registro da atividade *Arquivo nômade: Postais na praça*, 7 de março de 2025. Fonte: Fotografia de Raissa Auxiliadora Corrêa da Silva (Núcleo de Comunicação e Produção Cultural do AHM)

**Figura 4** – Registro da atividade *Arquivo nômade: Jardim da Luz*, 30 de novembro de 2024. Fonte: Fotografia de Raissa Auxiliadora Corrêa da Silva (Núcleo de Comunicação e Produção Cultural do AHM)

No que tange ao eixo publicações e materiais, o lançamento do material para professores *Nós no arquivo: experiências de mediação* marca um momento em que o Núcleo Educativo, entendendo que existe uma defasagem de publicações que explorem o tema da educação em arquivos, se debruça sobre a produção de um material pensado para ser utilizado em espaços de educação formal e não formal, pelos diversos profissionais da área. Em consonância com as abordagens propostas pelas atividades já realizadas dentro do núcleo, o material aproxima os documentos do AHM não somente das questões históricas, mas sobretudo de proposições poéticas.



**Figura 5 – Divulgação do evento de lançamento do material educativo Nós no arquivo: experiências de mediação.**  
Fonte: Imagem publicada na conta do Instagram do Arquivo Histórico Municipal (<https://www.instagram.com/arquivohistoricomunicipal/#>). Diagramação de Rayza Mucunã Paiva (Núcleo de Comunicação e Produção Cultural do AHM)

O material é composto por um livreto, duas fichas catalográficas para serem preenchidas, 14 reproduções de documentos em formato A5 e três reproduções em formato A3. Todos os impressos são acomodados no interior de uma caixa de papel kraft, fazendo referência à guarda da documentação arquivística. O livreto é dividido em duas seções, a primeira delas com textos teóricos e curtos que introduzem o tema da educação em arquivos e uma bibliografia de referência. Já a segunda seção traz proposições práticas que podem ser aplicadas nos espaços de educação utilizando as reproduções do próprio material e/ou outros documentos mobilizados pelos proponentes das atividades. Todos os documentos reproduzidos contêm legendas expandidas, a fim de contextualizar e suscitar reflexões naquele que os lê.

A distribuição da publicação foi pensada para ocorrer em momentos de formação de professores e de pessoas educadoras, primeiro porque através das formações os participantes são introduzidos pelos próprios educadores do AHM aos recursos do material, o que potencializa a aplicação das propostas práticas, e, em segundo lugar, essa estratégia de distribuição cria menos brechas para que o material não fique esquecido nas prateleiras das escolas e das casas, e sim aplicado e difundido. Essa configuração evidencia como os eixos do Núcleo Educativo não funcionam retraídos a si próprios, mas confluem-se entre si: a publicação está intrinsecamente conectada com a atividade de formação, ainda que as atividades possuam linguagens e metodologias distintas.

A publicação funciona, ainda, enquanto um dispositivo de difusão. Apenas uma ínfima porcentagem da documentação está disponível para acesso em ambientes virtuais on-line, sendo assim, através da impressão e da distribuição do material a população pode entrar em contato e melhor compreender o acervo da instituição. Nesse sentido, optou-se por selecionar tipologias diferentes de documentos, como fotografias, plantas, projetos, requerimentos, cadernetas etc., a fim de que aquele que use o material compreenda essa diversidade.

### Considerações finais

Tradicionalmente, há uma imagem que se atribui à função de um arquivo que é a de uma instituição que guarda documentos ligados a um passado, sejam eles recentes ou remotos, e que nem sempre têm impacto nas questões da atualidade. De fato, um arquivo também tem essa função e é de significativa importância que existam lugares que reúnam, cataloguem, sistematizem, condicionem e preservem documentos históricos, tornando-os de acesso público para que pesquisas diversas possam ser realizadas. No entanto, também devido a uma certa tradição, ainda há uma série de desafios para que diversificadas formas de acesso às temáticas de um arquivo sejam realizadas, de modo a, inclusive, questionar a imagem de que este tipo de instituição se restringiria às temáticas do passado.

As heranças históricas relacionadas ao fato de acervos de museus e de arquivos terem sido, por muito tempo, restritos a coleções particulares da aristocracia (Checa, 2008) contribuem para que alguns resquícios dessa mentalidade sejam perceptíveis ainda hoje. Por exemplo, direta ou indiretamente, tais heranças impactam em políticas e gestões culturais para a área, que podem ou não optar por graus de abertura de coleções e acervos, de modo a incentivar ou impedir o acesso de públicos diversos. Outro resquício histórico que ainda pode estar latente talvez se efetive através de barreiras que são introjetadas em nossos imaginários; isto é, para

além das limitações de políticas culturais que inviabilizam o acesso, há, também, um hábito cultural, institucionalmente produzido, que nos leva a restringir as formas de discutir e colocar em movimento a própria instituição. É a partir desse ponto que a função educativa entra com potência de articulação, interna e externa, de modo a promover ações que expandam as formas de ação.

Conforme mencionado anteriormente, a presença de Marilena Chauí como secretária municipal de Cultura da cidade de São Paulo, entre 1989 e 1992, foi de suma importância para que se sistematizassem políticas culturais voltadas à integração entre cultura e cidadania. Já naquele contexto, por exemplo, o AHM, enquanto equipamento cultural público, apontava para uma associação entre acervo e formas de torná-lo acessível, através de ações educativas pontuais (Couto, 2008). Todavia, também é importante lembrar que, para Chauí, as interlocuções que levariam a uma mudança mais profunda nas políticas culturais daquele contexto só poderiam se efetivar se, em conjunto, fossem também fomentados debates acerca da própria cidade, bem como sobre as maneiras de nela estar. Por esse motivo, como afirmava a secretária e professora universitária, para que uma política cultural fosse implementada, era necessário também que se fomentasse uma cultura da política (Chauí, 1995).

Com isso, as ações do Núcleo Educativo do AHM, através de frentes que buscam expandir as possibilidades de acessos e agir em consonância com um princípio crítico e cidadão, podem ser lidas à luz de uma cultura da política que tem sido exercitada tanto dentro quanto fora de suas paredes. Dentro porque, através de ações que expandem a atuação educativa para além do atendimento ao público, permite que o trabalho da equipe seja reconhecido como uma área de pesquisa e de comunicação e que, por isso, é fundamental que sejam destinados tempo e recursos para tal. Fora porque, por meio de ações que envolvem diretamente o território, faz com que o entorno não se configure meramente enquanto local de realização de atividades, já que ele é elemento ativo da construção da própria instituição.

Atualmente, ofertar opções de acesso é, sem dúvidas, um gesto de extrema importância, e a diversificação dos públicos que entram no AHM é uma constante levada em consideração pelo Núcleo Educativo. Alinhando-se a esse processo, que poderia ser analisado como uma prática de democratização cultural, está também um outro tipo de movimento sintonizado aos valores de uma democracia cultural (Botelho, 2016). Ou seja, o Núcleo Educativo do AHM reconhece a importância da inclusão de outros públicos que não apenas o de pesquisadores, mas também busca, através de seus três principais eixos de atuação (o programa de visitas, a programação pública e o programa de publicações e materiais), propiciar formas mais efetivas de participação.

As ações do Núcleo Educativo do AHM buscam, desse modo, fomentar diferentes caminhos de acesso ao acervo da instituição e do diálogo constante com o território, sintonizando-se a uma prática cultural democraticamente articulada. Reconhece-se a diversidade de públicos, em oposição à noção de um público único e homogêneo; rejeita-se, também, a existência de um único paradigma de legitimação das práticas culturais, apoiando-se, portanto, em abordagens mais recentes, que tentam superar a ênfase exclusiva em variáveis como classe social, renda, idade e localização residencial como critérios determinantes para o acesso cultural.

O histórico do AHM, conforme visto, é pautado por distintos momentos de sua caracterização. Contudo, é crucial que, para a sua fase mais recente, na qual se insere a reestruturação do Núcleo Educativo, as ações educativas sejam chaves fundamentais para proporcionar novos usos dessa instituição. A expansão dos entendimentos de educação, comunicação e articulação é exercitada continuamente pelo núcleo, de modo a, crítica e criativamente, atualizar, para o próprio setor, para a instituição, para os públicos e para o território, as possibilidades de uso de um arquivo público.

## Referências

- ALMADA, M.; SOUZA, Y.; ZERVOS, S.; OLIVEIRA COSTA, A. Superando a invisibilidade: em defesa da valorização social dos arquivos públicos. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 1-28, 2025. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2384>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane G. (org.). *Arte/Educação como mediação cultural e social*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. 2. ed. Organização e tradução de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.
- CARVALHO, Juliana L. A. *Os arquivos municipais no contexto das políticas públicas arquivísticas das capitais dos estados do Brasil*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2023. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/30732/Tese%20-Juliana%20Alvim%20PPGI%20UFF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura política e política cultural. *Estudos Avançados*, v. 9, n. 23, jan./abr. 1995, p. 71-84, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- CHECA, Fernando. Crisis del museo y final del modelo revolucionario. *Revista de Libros de la Fundación Caja*, Madrid, n. 133, jan. 2008.
- COUTO, Renata Fratini Pires do. *Educação patrimonial em arquivos: estudos de caso em instituições da cidade de São Paulo*. Monografia (Especialização em Organização de Arquivos) – Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão*. Tradução de José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do

Tempo, 2021.

- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 2, n. 25, p. 1-13, 1996. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- LAURO, Evelyn; MOTTA, Renata (org.). Festival Cultura e Pop Rua: relato de uma experiência. 2024. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa; Sesc São Paulo; Prefeitura de São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/e-book-festival-cultura-e-pop-rua-relato-de-uma-experiencia/>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- PADILHA, Renata Cardozo. Documentação museológica e gestão de acervo. v. 2. Florianópolis: FCC, 2014. (Coleção Estudos Museológicos).
- RIBEIRO, R. R.; TORRE, M. M. C. Diálogos com a educação patrimonial e o ensino de história em instituições arquivísticas: ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 67-88, 2012. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/338>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- SANTOS, Milton. O retorno do território. *Osal: Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, ano 6, n. 16, jun. 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf> Acesso em: 27 abril, 2025.
- SCIFONI, Simone. Desafios para uma nova educação patrimonial. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2016. DOI: 10.12957/teias.2017.25231. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/25231>. Acesso em: 25 abr. 2025.

---

Recebido em 30/4/2025

Aprovado em 14/10/2025